

**CARACTERÍSTICAS ORTOGRÁFICAS
DA LÍNGUA PORTUGUESA:
SÉCULOS XVIII AO XX**

Angelita Heidmann Campos (UFMT)
angeliahsi26@hotmail.com

Elias Alves de Andrade (UFMT/USP)
elias@cpd.ufmt.br

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa filológica no sentido mais amplo, pois busca por meio de recortes de diferentes documentos antigos, datados entre os séculos XVIII e XX, estudar a língua em toda a sua amplitude. Tem como objetivo a observação, comparação e apresentação de ocorrências ortográficas, diferentes das atuais, semelhantes, independente do escriba, do tipo e do veículo de comunicação. Para isso, foram retirados excertos do manuscrito, “Cópia de instrução dada pelo Conde de Azambuja a Dom João Pedro da Camara” de 08 de janeiro de 1765, guardada pelo Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), e de jornais impressos em Mato Grosso no século XIX, *A Gazeta Cuyabana*, *O Liberal* e *A Locomotiva*, tutelados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), e no Rio Grande do Sul, reeditados Na seção “Há um século no Correio do Povo”, pelo *O Correio do Povo*.

Palavras-chaves: Filologia. Ortografia. Manuscrito e impresso.

1. Introdução

Este trabalho está vinculado aos projetos de pesquisa: “Estudo do português em manuscritos produzidos em Mato Grosso a partir do século XVIII”, MeEL/ IL/ UFMT, “História e variedade do português paulista às margens do Anhembi” e “Edição de textos literários e não literários em língua portuguesa” FFLCH/ USP.

Os objetivos deste são os de observar as ocorrências ortográficas, diferentes das vigentes atualmente, de diversos vocábulos, encontradas

na cópia de instrução dada pelo Conde de Azambuja a Dom João Pedro da Camara (08 de janeiro de 1765), nos jornais mato-grossenses: *A Gazeta Cuyabana*, (edições de 02/06/ 1847, 31/ 07/ 1847, 12/02/ 1848 e 19/07/ 1848), *O Liberal* (21/ 12/ 1871) e *A Locomotiva* (21/10/ 1883) e no jornal gaúcho *O Correio do Povo* (01 a 31/ 12/ 2009) e compará-las para comprovar a sua semelhança.

2. Filologia

Conforme Buarque de Holanda (2009, p. 899), a filologia é o estudo da língua em toda a sua amplitude e dos documentos antigos que servem para documentá-la, concordando com Santiago-Almeida (2009, p. 224), que se baseou em Auerbach (s/d), Azevedo Filho (1987), Spina (1977), Cambraia (2005) e outros para assegurar que esta ciência tem duas direções:

No sentido mais amplo (*lato sensu*), dedica-se ao estudo da língua em toda a sua plenitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. – no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito, literário e não literário [manuscrito e impresso].

No sentido mais restrito ou estreito (*stricto sensu*), concentra-se no texto escrito, primordialmente literário [antigo e moderno, manuscrito e impresso], para estabelecê-lo, fixá-lo ou restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado.

Segundo Spina (1977, p. 75) os objetivos da filologia variaram de acordo com a época, lugares e autores que a praticaram, mas sempre teve seu campo bem determinado já que filologia não existe sem o texto, acrescentando:

A filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. A explicação do texto, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para as disciplinas auxiliares (a literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia, etc.), a fim de elucidar todos os pontos obscuros do próprio texto. Esse conjunto de conhecimentos complicados, dando a impressão de verdadeira cultura enciclopédica de quem os pratica, constitui o caráter erudito da filologia.

3. Paleografia

É a “[...] *ciência que estuda a escrita antiga.*”, conforme acepção de Dias e Bivar (1986, p. 12), Cambraia (2005, p. 23), Spina (1977, p.

18), Buarque de Holanda (2009, p. 1471), Acioli (2003, p. 5), Spaggiari e Perugi (2004, p. 17). Surgiu na Idade Média, devido a falsificações de documentos de posse após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) entre protestantes e católicos e possui nome originário do grego *palaios*, antigo, e *graphien*, escrita.

Muitos destes autores acrescentam ainda que cabe à Paleografia: o ensino de leitura correta de todos os tipos de documentos manuscritos ou impressos, abordando a origem e evolução da escrita (ROMÁN BLANCO, *apud* DIAS & BIVAR, p. 12-13); a decifração de manuscritos considerando as mudanças ocorridas na escrita ao longo do tempo (MUÑOZ Y RIVIERA, *apud* DIAS & BIVAR, p. 13); leitura e interpretação das formas gráficas antigas, determinação de tempo e lugar da produção dos manuscritos, anotação de erros com o intuito de fornecer subsídios à História, à Filologia, ao Direito e outras ciências em que a escrita seja fonte de conhecimento (ACIOLI, 2003, p. 5); estudo da evolução dos tipos caligráficos em materiais moles como papiro, pergaminho, pano, papel (SPINA, 1977, p. 18); constituição sócio-histórica dos sistemas de escrita e ampliação na capacidade de verificar a originalidade do documento, através da escrita, bem como interpretação adequada das escritas do passado. (CAMBRAIA, 2005, p. 23)

Para tanto, ao analisar um documento paleograficamente, específica Cambraia (2005, p. 24), deve-se descrever sucintamente o tipo de escrita, o sistema braquigráfico, os sinais estigmológicos, os pontos de dificuldade de leitura e as soluções adotadas, assim como o tipo de escrita, localização e datação do manuscrito ou impresso antigo.

3.1. A escrita

Não se pode dizer com precisão quando e como foi que os seres humanos começaram a utilizar a escrita como um meio de comunicação para interagir com os seus semelhantes. A única certeza que se tem, de acordo com Acioli (2003, p. 17) é que esses usaram por muito tempo a linguagem verbal até desenvolverem a escrita.

Février, citado em Acioli (2003, p. 18-19), afirma que a escrita se desenvolveu em quatro etapas classificadas de forma lógica, não sucessivas, a saber: pictográfica ou figurativa (estágio mais rudimentar), mnemônica (estágio sintético), ideográfica (estágio analítico) e a fonética. Destaca-se que, além das escritas mencionadas, é importante reconhecer

as de transição que se encontravam em mais de um estágio.

Acredita-se que a escrita existe desde a América Pré-Colombiana, pois foi encontrada entre os povos maias, astecas e incas. A dos maias, assim como a dos egípcios, é classificada como de transição entre a ideografia e o fonetismo, considerada sagrada, seu uso era muito limitado e tratava de cronologia, astrologia e religião reproduzindo figuras humanas. Já a dos astecas se diferenciava apenas por representar figuras de animais ferozes. Os incas possuíam os quipos, um sistema mnemônico para gravar registros numéricos, religiosos ou históricos, pelos quais divulgavam as notícias recentes ou documentos oficiais. Também há de se destacar as inscrições pintadas pelos índios brasileiros nos sítios rupestres, classificadas de petroglíficas, pertencentes ao período embrionário, pois são assimétricas, sequenciais ou isoladas e sem tamanho padrão.

Quanto à escrita latina, há discussões que apontam para a origem grega e outras para a fenícia não havendo consenso em relação à verdadeira origem. Acredita-se que tenha originado da grega, mesmo que haja discussões que apontem para a adoção do alfabeto fenício ou do silabário cretense pelos gregos.

3.2. Ortografia da língua portuguesa

De acordo com Coutinho (1976, p. 71-80) e com Gonçalves (2003, p. 40), citados em Andrade (2007, p. 314-315), a ortografia portuguesa teve sua trajetória marcada por vários períodos. O primeiro autor estabelece: o fonético – fase arcaica do português até o século XVI; o pseudoepistemológico, do século XVI até 1904, e o simplificado, após 1904. Já o segundo autor, apresenta quatro tipos de sistemas ortográficos: etimológico, marcado pela publicação da *Orthographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa*, de João de Moraes Madureira Feijó, em 1734; o misto, defendido principalmente por Francisco Félix Carneiro Souto-Maior e Francisco Nunes Cardoso, o filosófico e o simplificado.

As mudanças ortográficas que ocorreram ao longo do tempo foram formalizadas, apenas em 1904, por Gonçalves Viana, com a publicação da obra *Ortografia Nacional*, oficializada pelo governo português em 1911, pois até então não havia regras oficialmente estabelecidas, na qual, no início do prefácio apresenta um esclarecimento:

Este opúsculo não é um tratado de ortografia portuguesa; é antes um in-

quérito, e a crítica minuciosa, desenvolvida e documentada da atual anarquia ortográfica, acompanhada de numerosas soluções, ao seu autor sugeridas pelo estudo sistemático e detido da questão, e que podem pôr cobro a essa anarquia, porque são de execução fácil e estão em harmonia com a tradição portuguesa, fiel e cientificamente observada. (VIANA, 1904, p. V)

No Brasil, o primeiro movimento de simplificação ortográfica aconteceu em 1907, proposto por Medeiros de Albuquerque intermediado pela Academia Brasileira de Letras – ABL. Em 1912, João Ribeiro redigiu outra regulamentação. Três anos depois (1915), Silva Ramos convenceu a Academia Brasileira de Letras a adotar a ortografia oficial do português de 1911 e em 1919, Osório Duque Estrada sugeriu que todas as mudanças fossem anuladas fazendo com que não houvesse mais nenhuma regra, o que foi aceito temporariamente.

Porém, nesse mesmo tempo, outros autores como: Mário Barreto, Jacques Raimundo, Silva Ramos e Sousa da Silveira defendiam que o Brasil adotasse as regras estabelecidas em 1911. Em 1929, a ABL retornou ao que foi proposto em 1907, mas o público não aceitou e, em 1931, foi feito um acordo com Portugal que retornou ao que havia sido escrito em 1891. Em 1937, Gustavo Capanema encarregou alguns professores para criarem um novo sistema ortográfico que ficou pronto no último dia daquele ano, mas foi engavetado. No ano seguinte, o próprio Capanema restabeleceu a proposta de 1931, fixando a acentuação gráfica sem seus reguladores.

Dez anos depois, o mesmo ministro sugeriu mais mudanças, sendo duramente criticado pela ABL, a qual ficou encarregada de resolver o impasse ortográfico e, em 1943, um acordo foi publicado em forma de decreto-lei. Quando os alfabetizados estavam assimilando este novo acordo, o governo Linhares, dois anos depois, impôs uma difícil e nova ortografia que foi ignorada até pelo *Diário Oficial*. Em 1955, o acordo, apresentado 12 anos antes, se tornou ortografia provisória e em 1967, foi solicitada a elaboração de um sistema comum de escrita entre Brasil e Portugal. (MELO, 1981, p. 163-168)

Entre 1986 e 1990 emergiu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa propondo a unificação do português, através da aprovação de um vocabulário comum, em oito países que o adotam oficialmente (Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). Consenso que deveria ter entrado em vigor em 1994. Entretanto as ratificações não foram enviadas e mais uma vez a mudança ortográfica foi adiada porque protocolos modificativos, que a-

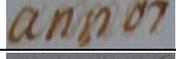
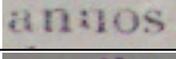
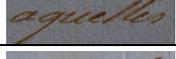
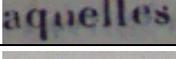
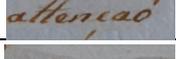
cabavam com a data limite para o início da vigência do acordo, foram assinados, bem como diminuiu para três a quantidade de países que deveriam ratificar o acordo. O Timor Leste foi incluído como participante em 2004.

Em 2006, as discussões em relação ao novo acordo ficaram mais acirradas. Dois anos, o presidente do Brasil, Luís Inácio da Silva, no dia 29 de setembro, sancionou-o na Academia Brasileira de Letras, no qual definia que as mudanças de cerca de 0,5% do nosso vocábulo nos livros didáticos deveriam começar em 01/01/ 2009 com data limite para 2012. Contudo, Portugal que deverá mudar a grafia de aproximadamente 1,6% do seu vocabulário ainda resiste, inclusive com uma petição com milhares de assinaturas de pessoas que não aceitam as modificações gráficas.

3.3. A ortografia no manuscrito e nos jornais

As ocorrências ortográficas serão dispostas em tabelas. A primeira coluna apresenta o fac-símile do manuscrito, a segunda do jornal matogrossense e a terceira do impresso gaúcho, disponível no site deste veículo de comunicação. Pode-se afirmar que o maior número de vocábulos com grafia diferente da atual são os que possuem consoantes duplicadas, seguido pelas ocorrências çç, ct, gm etc., representantes do período pseudoetimológico, que buscava a grafia correta na origem das palavras, e das paroxítonas e proparoxítonas sem diacríticos.

3.3.1. As consoantes duplicadas

Ms	MT	RS	Transcrição
		aceitar	<aceitar>
		annos	<annos>
		aquelles	<aquelles>
		attnção	<attnção>
		bella	<Bella>
		dellas	< dellas>

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

		efeito	⟨efeito⟩
		ella	⟨ella⟩
		Elle	⟨elle⟩
		elles	⟨Elles⟩
		Matto Grosso	⟨Matto Grosso⟩
		nelles	⟨nelles⟩
		ocazião	⟨ocazião⟩
		offereceu	⟨offereceu⟩
		officios	⟨officios⟩
		Villa	⟨Villa⟩

3.3.2. *Consoantes mudas ou nulas*

		acção	⟨acção⟩
		augmento	⟨augmento⟩
		districto	⟨Districto⟩
		escripto	⟨escripto⟩
		facto	⟨facto⟩
		instrucções	⟨instrucção⟩
		prompto	⟨prompto⟩

3.3.3. Os diacríticos

Conforme Acioli (2003, p. 53-54) os sinais diacríticos são usados nas letras ou um grupo destas para destacar um determinado traço fonológico. Já Santiago-Almeida (2003/2004, p. 76) afirma que estes tinham função muitas vezes de assinalar a quantidade da vogal, diferente da atual que é assinalar graficamente a tonicidade ou o timbre das vogais.

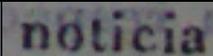
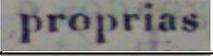
Grande parte dos vocábulos manuscritos não está acentuada. Observem-se alguns exemplos:

3.3.3.1. Proparoxítonas sem acento

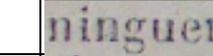
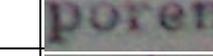
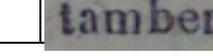
		America	⟨America⟩
		duvida	⟨duvida⟩
		generos	⟨generos⟩
		incomoda	⟨incomodos⟩
		politica	⟨politica⟩
		pratica	⟨pratica⟩
		proximo	proximas⟩
		ultimo	⟨ultimo⟩

3.3.3.2. Paroxítonas terminadas em ditongo ou em l, sem acento

		copia	⟨Copia⟩
		importancia	⟨importancia⟩
		necessarias	⟨necessarias⟩
		necessario	⟨necessarios⟩

		noticia	<noticia>
		proprias	<proprias>
		sitio	<Sitio>
		facil	<facil>

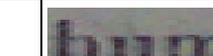
3.3.3.3. Oxítonas terminadas em m sem acento

		alem	<Alem>
		ninguem	<ninguem>
		porem	<porem>
		tambem	<tambem>

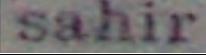
3.3.3.4. Monossílabos tônicos sem acento

		ha	<ha>
---	---	----	------

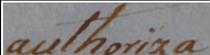
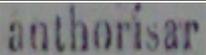
3.3.4. *Uso do h na 3ª pessoa do singular do verbo ser, e nos artigos indefinidos*

		he	<He>
		hum	<hum>
		huma	<huma>

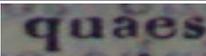
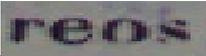
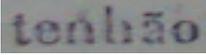
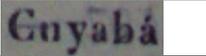
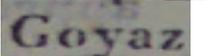
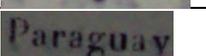
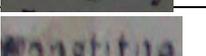
3.3.4.1. Uso de h para indicar hiato

		ahi	⟨ahi⟩
		cahindo	⟨cahindo⟩
		sahir	⟨sahi⟩

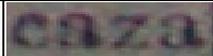
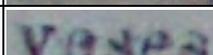
3.3.4.2. Uso de h para formar dígrafo

		authorizar	⟨authoriza⟩
---	---	------------	-------------

3.4. Ditongo com semivogal i, y, e, o e u

		quaes	⟨quaes⟩
		Deos	⟨Deos⟩
		reos	⟨Reo⟩
		Achão	⟨achao⟩
		hajão	⟨hajaõ⟩
		tenhão	⟨tenhaõ⟩
		Cuyabá	⟨Cuyabá⟩
		Goyas	⟨Goyas⟩
		Paraguay	⟨Paraguay⟩
		constitue	⟨constitue⟩
		cousa	⟨couza⟩

3.5. Uso de s e z

			caza	<caza>
			faser	<fas>
			veses	<ves>

4. Algumas considerações

Ao analisar os vocábulos, presentes no manuscrito e nos dois impressos, percebeu-se que mesmo não havendo uma regra formalmente estabelecida, fato qual Gonçalves Viana chama de anarquia ortográfica, havia certa semelhança na grafia das palavras nos três séculos: XVIII, XIX e XX e ainda que possuísem o livre arbítrio para grafar os vocábulos, o escriba e o redator adotavam uma ortografia comum.

Baseando-se nas pesquisas sobre a ortografia, percebeu-se que o retorno às origens buscando a etimologia nas palavras latinas, gregas ou francesas trouxe os digramas rh, th, ph e ch, bem como as consoantes geminadas e mudas que aparecem nos três documentos analisados. Como também que a maioria das palavras não recebia acento, pois ainda não havia a preocupação de destacar a vogal que fazia parte de uma sílaba tônica.

Diante disso, parece claro que, até a reforma ortográfica promovida por Gonçalves Viana em 1904, e mesmo após, a ortografia da língua portuguesa foi marcada pela inexistência de um padrão homogêneo de conduta, e, mesmo havendo alguma orientação, não era completamente seguida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2003.

ANDRADE, Elias A. *Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX*: edições fac-similar e semidiplomática. São Pau-

lo: USP, 2007. Tese de Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, FFLCH/ USP, ISSN 1517-4530, n. 10/11, 2010, p. 149-172.

_____. Cotejo de manuscritos do século XIX. *Revista Caligrama*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2010, p. 161-187.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIAS, Madalena Marques; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. Paleografia para o período colonial. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. Estudos CEDHAL- Nova Série nº 11. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2005, p. 11-38.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

MEGALE, Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. Filologia portuguesa no Brasil. *DELTA*, Vol. 15, Nº Especial, 1999, p. 1-22.

MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971.

SAMARA, Eni de Mesquita. Fontes coloniais. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. Estudos CEDHAL – Nova Série, n. 11. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, p. 39-85, 2005.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: GIL, Beatriz D.; CARDOSO, Elis de A.; CONDÉ, Valéria G. (Orgs.). *Modelos de análise linguística*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, p. 223-234.

SILVA, M. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda*. 1. ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.